**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O ano de 2022 foi de melhorias técnicas e avanços na prestação do serviço de transporte da TRENSURB. O resultado de nossos esforços foi confirmado na pesquisa anual de satisfação, com um grau de satisfação geral com os serviços da empresa de 83,2%, 1,5 pontos percentuais a mais que em 2021 e um incremento de 12,8 pontos percentuais desde que a pesquisa foi retomada de forma anual e nos moldes atuais, em 2019.

A perspectiva para o ano de 2023 é de que a demanda de passageiros transportados se mantenha no mesmo patamar de 2022, podendo haver leve recuperação ao longo do ano, considerando o acréscimo de 1,0% a partir da implementação do programa de integração intermodal de passageiros.

Ao operar seu sistema de transporte público de passageiros com uso de energia elétrica como a principal fonte de energia, a TRENSURB contribui para a redução dos impactos ambientais, que, somados a outros fatores como a redução de acidentes de trânsito, redução dos custos com a saúde pública, diminuição dos congestionamentos e redução dos gastos de manutenção do sistema viário da região metropolitana de Porto Alegre, acabam por gerar benefícios. No ano de 2022, o sistema foi responsável por produzir um impacto econômico positivo de R$ 105,59 milhões, refletindo diretamente no bem-estar da população e na economia de custos sociais.

A seguir, destacamos ações importantes realizadas ao longo do ano.

Após cinco anos de impasse com o Consórcio fornecedor, o programa de recuperação dos trens da Série 200 foi concluído, resultado de um trabalho sério e maduro de nossa equipe técnica com o Consórcio fornecedor.

Outro importante impasse também foi concluído: o desfazimento não oneroso do contrato de concessão da área destinada à construção de um Terminal de Integração Rodo-Metroviário, no município de Novo Hamburgo. Em cinco anos, esse contrato não propiciou qualquer resultado. Com seu desfazimento, abre-se perspectiva para uma nova tentativa.

Através da Secretaria de Patrimônio da União, houve cooperação com o Governo Federal, na qual a empresa forneceu apoio e suporte técnico à transformação da área contígua à sede Administrativa e conhecida como “Pátio da Trensurb”. Essa área, há mais de três décadas não operacional e com cerca de 40 hectares, foi transformada em área propícia ao desenvolvimento urbano, através da Lei Complementar nº 960, de 5 de outubro de 2022, do município de Porto Alegre.

Mesmo com dificuldade de recursos no ano, o empenho na melhoria da qualidade do serviço prestado foi reconhecido. As ações da gestão se refletiram na percepção dos usuários e, na pesquisa anual de satisfação e perfil, 83,2% dos usuários afirmaram estarem satisfeitos com os serviços da TRENSURB. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Amostra e contou com 2.390 entrevistas. Destaca-se que esse nível de satisfação geral da empresa vem aumentando desde 2019, conforme tabela a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| 70,4% | 74,9% | 81,7% | 83,2% |

Ainda no campo da gestão, cabe registrar a avaliação feita pela Secretaria de Governança das Empresas Estatais (Sest), que atribuiu à TRENSURB a nota 9,05 no indicador de governança IG-Sest – de um máximo de 10, sendo enquadrada no segundo quartil entre as avaliadas e, por isso, recebendo a certificação de nível 2. De 55 estatais federais, a empresa metroviária ficou entre as 28 mais bem avaliadas.

Como evidenciado, o ano foi de grandes avanços na melhoria da prestação do serviço, além de manutenção dos compromissos sociais e culturais da empresa. Para o ano que se inicia, nossa esperança é qualificar ainda mais nossos serviços, mantendo o nível de satisfação elevado.

Pedro Bisch Neto

Diretor-Presidente

**PERFIL DA EMPRESA**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB é uma empresa pública de capital fechado, controlada pela União e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, oriunda da Rede Ferroviária Federal SA, constituída mediante autorização do artigo 5º da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957 e do Decreto n.º 84.640, de 17 de abril de 1980 com a finalidade de implantar e operar o serviço de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Estado do Rio Grande do Sul, tendo como sua atividade principal a prestação de serviços de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA.

O primeiro trecho da linha, ligando Porto Alegre, Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul, foi inaugurado em 2 de março de 1985. Em dezembro de 1997, o trem chegou a São Leopoldo, e em maio de 2014 ao município de Novo Hamburgo.

Atualmente opera uma linha com extensão de 43,8 quilômetros e 23 estações, no eixo norte da RMPA e possui uma frota composta por 40 Trens Unidades Elétrica – TUE’s. Possui, ainda, um sistema de Aeromóvel inaugurado e aberto ao público em agosto de 2013 que permite a integração e acesso rápido e direto ao Aeroporto Internacional de Porto Alegre, sem custo adicional para os passageiros do trem.

Por sua condição de empresa pública, a TRENSURB está submetida às regras da Lei n° 13.303/2016, de 30 de junho de 2016, bem como, às mudanças no decorrer de 2019, que afetaram a autonomia da gestão, como o Decreto n° 9.998, de 3 de setembro de 2019, que qualificou a empresa no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República – PPI, bem como a incluiu no Programa Nacional de Desestatização – PND. Além disso, o Decreto n° 10.006, de 5 de setembro de 2019, alterou a subordinação administrativa das empresas incluídas no PND ao Ministério da Economia, sem prejuízo a outros atos de gestão vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR.

A estrutura administrativa da TRENSURB está disponível no sítio da empresa.

**IDENTIDADE ORGANIZACIONAL**

A TRENSURB ao final de 2020 aprovou a estratégia de longo prazo do Planejamento Estratégico – PE ciclo 2021-2025 e a validação da estratégia no final do ano de 2022.

Compõe os elementos da identidade organizacional a declaração da missão, visão e valores da TRENSURB. Esse conjunto é a síntese das premissas que expressam a razão de ser da empresa, conjunto de crenças e princípios, e a situação de futuro almejada, de forma explícita.

Missão:

**“TRANSPORTAR PESSOAS DE FORMA RÁPIDA, SEGURA E COM QUALIDADE, DE MODO SUSTENTÁVEL”.**

Visão:

**“SER REFERÊNCIA EM GESTÃO NA OPERAÇÃO DO SISTEMA METROFERROVIÁRIO, COM GERAÇÃO DE VALOR PARA A SOCIEDADE E BUSCA PERMANENTE PELA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA”.**

Valores:

* **Eficiência**: Uso eficiente dos recursos;
* **Integridade**: Adesão de valores, princípios e normas éticas. Atuar moralmente e conforme as normas legais vigentes, garantindo uma conduta voltada ao interesse público sobre os interesses privados;
* **Pertencimento**: Orgulho de ser TRENSURB. Construir e/ou fortalecer o sentimento de orgulhar-se de pertencer à TRENSURB, sentindo-se parte integrante da empresa;
* **Respeito**: Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente;
* **Transparência**: Transmite a gestão de forma clara, proativa e compreensível;
* **Presteza**: Celeridade e cordialidade no serviço prestado; e
* **Inclusão e diversidade**: Promover o respeito às diferenças individuais, à valorização da contribuição de cada pessoa, à aprendizagem através da cooperação e à convivência dentro da diversidade humana.

A TRENSURB possui diretrizes estratégicas estabelecidas no Planejamento Estratégico 2021-2025, bem como, ações de curto prazo fixadas em Plano de Negócios elaborado anualmente. A gestão da governança encontra-se estabelecida na estrutura organizacional e em funcionamento com suas práticas e rotinas. No site institucional atendemos com zelo a transparência necessária com a divulgação das informações relevantes, possível verificar no link <https://www.trensurb.gov.br/home.php>.

**PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS**

O Orçamento anual da TRENSURB é definido em Lei Orçamentária Anual – LOA e a gestão orçamentária é um desafio constante para a empresa em virtude de os limites aprovados na lei estarem aquém das necessidades da empresa. Assim, para atingir seus objetivos e cumprir sua missão, a empresa necessita do aporte de recursos do Governo Federal, devido às receitas próprias, oriundas da prestação de serviços de transporte e outras receitas não operacionais, não cobrirem na totalidade as suas despesas de funcionamento.

A Lei Orçamentaria Anual – LOA aprovada de 2022 (Lei nº 14.303/2022), inicialmente estabeleceu à TRENSURB o montante de R$ 80 milhões para despesas de custeio das operações e de R$ 2 milhões para investimentos. Com a intermediação do MDR junto à Secretaria do Orçamento Federal, a TRENSURB recebeu suplementações em novembro de R$ 8,2 milhões decorrentes de um programa de auxílio para gratuidade de transporte público para idosos e em dezembro, dois aportes de recursos complementares que totalizaram R$ 23,6 milhões, ambos para custeio.

As principais ações e projetos executados e/ou concluídas no ano de 2022, estão listados a seguir:

* Conserto dos trens série 200 – As questões relacionadas a consertos dos trens Série 200 foram sanadas pelo Consórcio durante o ano de 2022. Estão em andamento as tratativas para equacionamento dos últimos itens contratuais, para que o contrato seja encerrado;
* Retomada da posse de área junto à Estação Novo Hamburgo – Desfazimento não oneroso do contrato de concessão da área destinada à construção de um terminal de Integração Rodo-Metroviário em Novo Hamburgo, que, em cinco anos, não propiciou qualquer resultado, abrindo perspectiva para que a TRENSURB possa propor uma nova modelagem para este negócio;
* Aproveitamento urbanístico de áreas lindeiras – Cooperação com o Governo Federal, através da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul (SPU/RS), dando apoio e suporte técnico à transformação da área contígua à sede Administrativa e conhecida como “Pátio da Trensurb”. Essa área, há mais de três décadas não operacional e com cerca de 40 hectares, foi transformada em área propícia ao desenvolvimento urbano, através da Lei Complementar nº 960, de 5 de outubro de 2022, do município de Porto Alegre;
* Celebramos Termo de Adesão Institucional aos Acordos de Leniência conduzidos pela Controladoria Geral da União e a Advocacia Geral da União na condição de ente lesado para manifestar legítimo interesse da TRENSURB em receber valores a ela devidos e informações e documentos que integram o escopo dos Acordos;
* Pesquisa de Satisfação – Visando delinear o perfil dos clientes e identificar o grau de satisfação em relação ao serviço prestado, a pesquisa foi realizada em novembro/2022 com uma amostra de 2.390 usuários, distribuída nas cidades onde há estações da TRENSURB. Verificou-se que o perfil mais frequente são mulheres (59%), idades entre 20 e 49 anos (72%), solteiros (61%), com ensino médio completo (42%) e renda individual entre 1 e 2 salários mínimos (67%). O índice geral de satisfação foi de 83,2%, superior em 1,5 pontos percentuais ao índice de 2021, sendo os quesitos de atendimento de limpeza e conservação dos trens (84,3%), limpeza e conservação das estações (80,4%), atendimento dos funcionários da segurança (75,2%) e das bilheterias (70,5%) os melhores avaliados. Ainda, por meio da pesquisa foi possível obter outros dados para avaliar o elenco de atributos de satisfação, assim como levantar sugestões de melhorias e reclamações;
* Certificação de Governança – O Ministério da Economia divulgou em dezembro de 2022, a 6ª Certificação do Indicador de Governança IG-Sest, instrumento de avaliação contínua das estatais federais, que verifica o cumprimento de diversos dispositivos legais, infralegais e de boas práticas de governança corporativa. De um total de 55 empresas avaliadas, 28 receberam as certificações dos níveis 1 e 2, incluindo a TRENSURB, que obteve a nota de 9,05 (de um máximo de 10), sendo enquadrada no segundo quartil entre as avaliadas e, por isso, recebendo a certificação de nível 2;
* Projetos de melhoria e acessibilidade nas Estações (Unisinos, São Leopoldo, São Luís, Petrobras, Luiz Pasteur, Sapucaia, Mercado, São Pedro, Aeroporto, Anchieta, Niterói e Fátima) – O projeto contemplou a modernização das instalações existentes e sua adaptação visando atender às exigências da Legislação e Normas Técnicas Brasileiras vigentes no tocante à Acessibilidade Universal e proporcionando qualidade do serviço a população. As obras foram iniciadas em 2021 e concluídas em 2022;
* Reforma das passarelas de acesso e terminais de integração das estações Niterói, Fátima, Mathias Velho, Esteio e Sapucaia – A contratação proporcionou o aumento da expectativa de vida útil das estruturas com maior conforto aos clientes e maior integração entre modais. As obras foram iniciadas em 2021 e concluídas em 2022;
* Substituição do vídeo Wall do CCO – O Vídeo Wall é a principal referência para os operadores do Centro de Controle Operacional-CCO, onde se monitora a circulação dos trens, falhas e serviços que estejam ocorrendo ao longo de toda a linha 1 da TRENSURB e Aeromóvel. A contratação finalizada em 2022, permitiu a atualização tecnológica do Vídeo Wall do CCO, devido a falhas em diversos dos seus componentes.  O controlador novo de imagens fará a comutação automática, sem a necessidade de nenhuma intervenção pelos operadores do CCO;
* Modernização do sistema de Bilhetagem Eletrônica – Desde setembro 2022, a aquisição de créditos via App e Site está disponível para adquirir créditos para o cartão SIM Passagem Antecipada por meio do site e do aplicativo do TRI. Em dezembro de 2022, foi iniciada a substituição dos cartões de passagem unitária e múltipla por bilhetes com QR CODE, buscando gerar praticidade ao usuário, segurança e economia para a empresa. Para tanto, iniciamos a instalação de novas leitoras que irão dispensar a reposição de peças e a logística reversa dos cartões existentes no modelo anterior;
* Revitalização de Obras de Artes Especiais – No 2º semestre de 2022 a TRENSURB realizou a contratação de serviços para revitalização de três passarelas, no município de Esteio. A previsão para 2023 é a continuidade dos serviços para outros reparos estruturais em obras de arte no mesmo município com vistas à transferência daqueles patrimônios não operacionais à Prefeitura local;
* Consultoria técnica especializada para elaboração do estudo para qualificação, estruturação e expansão do sistema integrado intermodal de passageiros nas estações da TRENSURB – O estudo busca a expansão do sistema integrado intermodal de passageiros para o trem metropolitano, visando o aumento da demanda para este sistema, ao mesmo tempo que se estabelece melhorias para o conforto dos usuários;
* Atualização aplicativo Trensurb Mobile – Em novembro de 2022 o aplicativo passou a contar com melhorias de acessibilidade, destinadas principalmente a pessoas com deficiência visual. A atualização incluiu o recurso de comandos de voz, que, ao ser ativado a partir da tela inicial do app, possibilita dar uma série de comandos, por exemplo, perguntar “qual o próximo trem?” para saber o tempo previsto de chegada das próximas composições do metrô à estação mais próxima. Outras atualizações recentes também trouxeram as funcionalidades de ajuste de tamanho de texto e de leitor de tela (ou “fala de texto”). Lançado no início de 2019, o Trensurb Mobile está disponível para smartphones com o sistema operacional Android, nos idiomas português, inglês e espanhol. O app fornece informações como a situação operacional do metrô, localização dos trens em tempo real, mapa da linha, tempo de viagem, tabela horária dos trens, dados sobre tarifas, canais de atendimento e notícias. Em caso de alterações na situação operacional do metrô, como paralisações parciais ou totais, o aplicativo envia uma notificação ao usuário;
* Programa Estação Educar – Por meio do programa de aprendizagem profissional, promovido em parceria com o Senai-RS, a TRENSURB oferece anualmente 40 vagas a jovens de famílias de baixa renda para o curso de assistente administrativo no turno inverso ao da escola. O programa tem como objetivo desenvolver no Jovem Aprendiz as competências necessárias para a sua inserção no mercado de trabalho. O convênio entre TRENSURB e Senai-RS no formato do curso Assistente Administrativo existe desde 2009 e já formou 515 aprendizes.

**DESEMPENHO OPERACIONAL 2022**

O desempenho da TRENSURB é medido por indicadores de desempenho, que permitem acompanhar, avaliar, decidir, interferir ou mudar o rumo dos processos de trabalho, visando atingir os objetivos estratégicos. A seguir são demonstrados os resultados dos principais indicadores.

Quadro 1 – Principais indicadores

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| INDICADOR | 2021 | 2022 |
| Passageiros transportados | 25.281.345 | 31.998.763 |
| Média de passageiros dia útil | 85.904 | 107.742 |
| Taxa de Cobertura Operacional | 43,33% | 48,78% |
| Taxa de Cobertura Própria | 35,76% | 38,03% |
| Taxa de Cobertura Ambiental | 59,79% | 64,50% |
| Índice de regularidade | 99,47% | 99,36% |
| Análise de Imagem TRENSURB | 83,61% | 89,91% |

Fonte: Gerência de Governança e Gestão Estratégica

Em 2022 a TRENSURB transportou 31,9 milhões de passageiros, apresentando um aumento de 26,6% em relação a ano de 2021, o qual demonstra que o comportamento da demanda de passageiros está avançando após aproximadamente 3 anos do início da pandemia Covid-19 no Brasil. Da mesma forma, a receita de transportes, principal fonte de recursos da Empresa, passou de R$ 99,5 milhões, no ano de 2021, para R$ 131,3 milhões no ano de 2022.

Acompanhando esse crescimento, a Média Dia Útil – MDU de passageiros transportados registrou em 2022 a média de 107.742 passageiros/dia útil e a média em 2021 de 85.904, representando um aumento de 25,4%.

A Taxa de Cobertura Operacional – TCO é o principal índice de gestão da empresa e informa o resultado da cobertura econômica da TRENSURB com receitas próprias frente às suas despesas de funcionamento. Relativo ao desempenho no período, o índice da TCO alcançou 48,78% em 2022, resultado superior ao ano anterior, porém, inferior à meta fixada para o ano de 2022 de 59,7% de cobertura. O principal motivo foi o não atingimento da meta de passageiros transportados para o segundo semestre de 2022, no qual indicava uma previsão inicial de redução de -15% de passageiros, fato que não se concretizou, tendo como redução real em torno de -30%. Também, houve aumento na despesa de pessoal em razão das rescisões contratuais de empregados que aderiram ao Plano de Demissão Voluntaria – PDV, que se estima obter resultados de redução para os próximos exercícios.

No contexto da TCO, excetuam-se as despesas com passivo trabalhista, depreciação, despesas financeiras e provisão Imposto de Renda, que são considerados na Taxa de Cobertura Própria – TCP. No ano de 2022 a TCP alcançou 38%, ficando inferior à meta fixada de 49% de cobertura.

A Taxa de Cobertura Ambiental – TCA leva em consideração os valores de receita e despesas totais utilizados na TCP, e somam-se as receitas o valor obtido com as Externalidades levantadas pela utilização do sistema de trens para transporte de passageiros, evitando os custos ambientais e sociais de emissão de poluentes, com acidentes e com a economia com o tempo de viagem. Em 2022, obteve-se a cobertura ambiental de 64,5%.

O índice de regularidade mede a efetividade da operação com o cálculo da diferença entre as viagens realizadas e as programadas, refletindo assim a confiabilidade do serviço prestado. Obtivemos no ano de 2022 a média de 99,36% de regularidade, sendo que ano foram realizadas 68.709 viagens das 69.156 viagens programadas. As reduções mais significativas no índice foram registradas nos meses de março/22 com 101 viagens perdidas, sendo que destas, 39 foram devido a avarias em subestação, julho/22 com 94 viagens perdidas e agosto/22 com 58 viagens perdidas, sendo 24 delas decorrentes do descarrilamento de trem no terminal da estação mercado.

A imagem institucional é representada pelo conjunto de ações que a empresa realiza e demonstra e o que a sociedade de fato valoriza. Para que ela seja concretizada, o público deve perceber qual o comportamento da empresa e sua imagem perante todas as situações enfrentada, sendo elas boas e oportunas ou críticas e desfavoráveis. Nesse sentido, ações voltadas ao público interno e externo são fundamentais na promoção da imagem da Trensurb. Em 2022, ocorreram 5.561 citações à empresa nos principais veículos de comunicação do estado e do país, sendo 5.000 positivas e 561 negativas, o que corresponde a um índice médio de 89,91% de notícias positivas. Os temas divulgados pela TRENSURB que mais resultaram em citações à empresa nos veículos de comunicação ao longo do ano referem-se a alterações operacionais nos trens e no Aeromóvel, licitação de espaços comerciais e melhorias na bilhetagem eletrônica.

**POTENCIALIDADES E DESAFIOS**

Diante da necessidade permanente de modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre, a TRENSURB informou ao Governo Federal a permanência dos Investimentos para o ciclo do Plano Plurianual – PPA 2020-2023. Os projetos compreendem a modernização dos sistemas operacionais de sinalização, reforma de ativos da via permanente e da rede aérea, reforma e ampliação das edificações e adequações à acessibilidade universal, além da geração de energia fotovoltaica e da atualização tecnológica para garantir a segurança da informação da TRENSURB. Tais medidas irão proporcionar um serviço de maior qualidade, conforto e segurança aos nossos clientes.

O Planejamento Estratégico aprovado para o Ciclo 2021-2025 estruturou o monitoramento das práticas de planejamento e gestão estratégica alinhadas com as prioridades e diretrizes do Governo Federal, sendo compromisso de gestão avançar com a sustentabilidade econômico-financeira equilibrando a relação das receitas próprias com as despesas de funcionamento e na busca permanente pela excelência na prestação do serviço com foco na satisfação e segurança dos nossos clientes primando pelo aspecto ambiental e o caráter social.

Oportunidades são vislumbradas ao repensar a mobilidade urbana e tratá-la como um vetor de desenvolvimento, conquanto notadamente pública, a TRENSURB é agente ativo da política pública de mobilidade e contribui para o desenvolvimento urbano orientado para o transporte coletivo com larga capacidade de expansão do sistema.

Adicionalmente, a gestão de ativos imobiliários mostra-se como alternativa para subsidiar valor da tarifa.

Por fim, acreditamos que aprimorar a governança, modernizar a gestão pública, desburocratizar os processos e implementar ações simplificadas, permanecerão no foco da atuação da gestão e alinhados com as diretrizes do Governo Federal.

Porto Alegre, 26 de Maio de 2023.

A Administração.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| |  | | --- | |  | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **BALANÇOS PATRIMONIAIS** | | | | | | | | | | | | | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** | | | | | | | | | | | | | |
| **(Valores expressos em Reais)** | | | | | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | | | | |
| **ATIVO** | | | | | |  | **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **NOTA** |  | **2022** |  | **2021 REAPRESENTADO** |  |  | **NOTA** |  | **2022** |  | **2021 REAPRESENTADO** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **ATIVO CIRCULANTE** |  |  |  |  |  |  | **PASSIVO CIRCULANTE** |  |  |  |  |  |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 |  | 126.442.520 |  | 138.710.125 |  | Fornecedores | 15 |  | 6.478.284 |  | 18.586.169 |
| Créditos a receber | 6 |  | 2.171.925 |  | 3.307.500 |  | Impostos e taxas a recolher |  |  | 268.456 |  | 290.081 |
| Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto | 7 |  | 5.275.003 |  | 4.465.845 |  | Contribuições sociais a recolher |  |  | 3.723.113 |  | 3.493.424 |
| Adiantamento de férias e débitos de empregados | 8 |  | 2.963.351 |  | 3.046.977 |  | Obrigações trabalhistas | 16 |  | 18.565.127 |  | 16.055.328 |
|  |  |  |  |  |  |  | Adiantamento de clientes | 17 |  | 1.801.390 |  | 1.395.660 |
| Direitos a receber | 9 |  | 169.706 |  | 173.465 |  | Credores por convênios | 18 |  | 725.690 |  | 724.662 |
| Impostos a recuperar |  |  | 2.876 |  | 1.094 |  | Credores por depósitos |  |  | 65.855 |  | 93.482 |
| Estoques | 10 |  | 16.378.099 |  | 17.463.927 |  | Plano de Previdência - Equacionamento | 26c |  | 477.513 |  | 454.248 |
| Despesas do exercício seguinte |  |  | 190.857 |  | 327.684 |  |  |  |  | **32.105.427** |  | **41.093.054** |
|  |  |  | **153.594.337** |  | **167.496.616** |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** |  |  |  |  |  |  | **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** |  |  |  |  |  |
| Realizável a longo prazo |  |  |  |  |  |  | Provisão IR/CS diferido | 13c |  | 15.098.207 |  | 16.231.047 |
| Aplicação em títulos e valores mobiliários |  |  | 675 |  | 675 |  | Adiantamentos para futuro aumento de capital | 21a |  | - |  | 2.137.418 |
| Débitos de empregados | 8 |  | 148.349 |  | 169.064 |  | Plano de Previdência - Equacionamento | 26c |  | 3.824.191 |  | 2.616.626 |
| Depósitos judiciais e Garantias a Juízo | 11 |  | 54.935.082 |  | 55.079.118 |  | Obrigações Trabalhistas | 16 |  | - |  | 686.688 |
| Penhora s/ receita própria | 12 |  | 846.407 |  | 461.127 |  | Provisão para contingências trabalhistas | 19a |  | 96.547.870 |  | 94.686.124 |
|  |  |  |  |  |  |  | Provisão para contingências cíveis | 19b |  | 21.471.164 |  | 17.194.283 |
|  |  |  | **55.930.513** |  | **55.709.984** |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | **136.941.432** |  | **133.552.186** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  | **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 20 |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  | Capital social | 20a |  | 2.059.666.941 |  | 2.014.563.144 |
|  |  |  |  |  |  |  | Adiantamentos para futuro aumento de capital | 21a |  | 23.459.815 |  | 78.116.397 |
| Investimentos em participações societárias |  |  | 22.696 |  | 22.696 |  | Ajuste avaliação patrimonial | 13c |  | 29.308.056 |  | 31.507.098 |
| Imobilizado | 13 |  | 1.204.391.322 |  | 1.249.048.154 |  | Prejuízos acumulados |  |  | (865.310.312) |  | (824.328.973) |
| Intangível | 14 |  | 2.232.493 |  | 2.225.457 |  |  |  |  | **1.247.124.502** |  | **1.299.857.666** |
|  |  |  | **1.206.646.510** |  | **1.251.296.306** |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | **1.262.577.023** |  | **1.307.006.290** |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **TOTAL DO ATIVO** |  |  | **1.416.171.361** |  | **1.474.502.907** |  | **TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** |  |  | **1.416.171.361** |  | **1.474.502.907** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** | | | | | | | | | | | | | |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  | | --- | |  | |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCICIO** | | | | | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** | | | | | |
| **(Valores expressos em Reais 1)** | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **NOTAS** |  | **2022** |  | **2021 REAPRESENTADO** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **RECEITA LÍQUIDA** | 22 |  | **133.725.802** |  | **101.992.495** |
| Custo dos serviços prestados | 23 |  | (273.247.997) |  | (248.196.098) |
|  |  |  |  |  |  |
| **PREJUIZO BRUTO** |  |  | **(139.522.195)** |  | **(146.203.603)** |
| **Despesas operacionais** |  |  |  |  |  |
| **Despesas gerais e administrativas** | 24 |  | **(89.410.051)** |  | **(79.324.255)** |
| **Outras receitas e despesas** |  |  | **(35.034.137)** |  | **(1.912.653)** |
| Condenações Trabalhistas e Cíveis |  |  | (13.381.611) |  | (4.092.291) |
| Provisão/ Reversão ações trabalhistas | 19a |  | (15.225.684) |  | (7.774.577) |
| Provisão/ Reversão ações cíveis | 19b |  | (7.283.474) |  | 6.413.496 |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas |  |  | 856.632 |  | 3.540.719 |
|  |  |  | **(124.444.188)** |  | **(81.236.908)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **PREJUIZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO** |  |  | **(263.966.383)** |  | **(227.440.512)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **RESULTADO FINANCEIRO, LIQUIDO** |  |  | **16.781.762** |  | **12.357.625** |
|  |  |  |  |  |  |
| Receitas financeiras | 5 |  | 16.843.884 |  | 13.954.159 |
| Despesas financeiras | 21a |  | (62.122) |  | (1.596.534) |
|  |  |  |  |  |  |
| **SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL** | 21b |  | **181.518.351** |  | **141.703.844** |
|  |  |  |  |  |  |
| **RESULTADO OPERACIONAL** |  |  | **(65.666.269)** |  | **(73.379.043)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA   E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** |  |  | **(65.666.269)** |  | **(73.379.043)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** |  |  | **-** |  | **-** |
|  |  |  |  |  |  |
| **PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** |  |  | **(65.666.269)** |  | **(73.379.043)** |
|  |  |  |  |  |  |
| Resultado por ação do capital social |  |  | **(0,0069)** |  | **(0,0077)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |
| |  | | --- | |  | |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE** | | | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** | | | |
| **(Valores expressos em Reais 1)** | | | |
|  | **2022** |  | **2021  REAPRESENTADO** |
|  |  |  |  |
| **PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **(65.666.269)** |  | **(73.379.043)** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Outros resultados abrangentes | - |  | - |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO** | **(65.666.269)** |  | **(73.379.043)** |
|  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** | | | |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  | | --- | |  | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | | | | | | | | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** | | | | | | | | | | | | |
| **(Valores expressos em Reais 1)** | | | | | | | | | | | | |
|  |  |  | **CAPITAL SOCIAL** |  | **ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL** |  | **AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL** |  | **PREJUÍZOS ACUMULADOS** |  | **TOTAL** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  | **NOTA** |  |  |  |  |  |
| **SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 REAPRESENTADO** |  |  | **2.014.563.144** |  | **46.076.522** |  | **33.706.140** |  | **(732.928.764)** |  | **1.361.417.043** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Adiantamento para futuro aumento de capital |  |  | - |  | 10.686.826 |  | - |  | - |  | **10.686.826** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total do resultado abrangente |  |  | **-** |  | **-** |  | **(2.199.042)** |  | **(70.047.160)** |  | **(72.246.203)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Prejuízo líquido do exercício |  |  | - |  | - |  | - |  | (73.379.043) |  | (73.379.043) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Ajuste avaliação patrimonial |  |  | **-** |  | **-** |  | **(2.199.042)** |  | **3.331.882** |  | **1.132.840** |
| Realização da reserva do custo atribuído | 13b |  | - |  | - |  | (3.331.882) |  | 3.331.882 |  | - |
| Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído | 13b |  | - |  | - |  | 1.132.840 |  | - |  | 1.132.840 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 REAPRESENTADO** |  |  | **2.014.563.144** |  | **56.763.348** |  | **31.507.097** |  | **(802.975.925)** |  | **1.299.857.666** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Adiantamento para futuro aumento de capital |  |  |  |  | 11.800.265 |  | - |  | - |  | **11.800.265** |
| Incorporação de Capital Social |  |  | 45.103.798 |  | (45.103.798) |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total do resultado abrangente |  |  | **-** |  | **-** |  | **(2.199.042)** |  | **(62.334.387)** |  | **(64.533.430)** |
| Prejuízo líquido do exercício |  |  | - |  | - |  | - |  | (65.666.269) |  | **(65.666.269)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Ajuste avaliação patrimonial |  |  | **-** |  | **-** |  | **(2.199.042)** |  | **3.331.882** |  | **1.132.840** |
| Realização da reserva do custo atribuído | 12b |  | - |  | - |  | (3.331.882) |  | 3.331.882 |  | - |
| Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído | 12b |  | - |  | - |  | 1.132.840 |  | - |  | 1.132.840 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022** |  |  | **2.059.666.942** |  | **23.459.815** |  | **29.308.056** |  | **(865.310.312)** |  | **1.247.124.502** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | |  | | --- | |  | |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA** | | | | | | | |
|  | **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** | | | | | | | |
|  | **(Valores expressos em Reais 1)** | | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | **NOTA** |  | **2022** |  | **2021 REAPRESENTADO** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** |  |  | **(65.666.269)** |  | **(73.379.043)** |  |  |
|  | **AJUSTADO POR:** |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Depreciação e Amortização |  |  | 51.062.954 |  | 51.404.275 |  |  |
|  | Baixa de bens do ativo imobilizado |  |  | 141.136 |  | 1.763.804 |  |  |
|  | Juros atualização financeira sobre adiantamento capital | **20a** |  | - |  | 1.546.775 |  |  |
|  | Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis |  |  | 22.509.158 |  | 1.361.081 |  |  |
|  |  |  |  | **8.046.978** |  | **(17.303.107)** |  |  |
|  | **(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS** |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Créditos a receber |  |  | 1.135.575 |  | (1.194.097) |  |  |
|  | Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento |  |  | (809.158) |  | 2.709.069 |  |  |
|  | Estoques |  |  | 1.085.828 |  | (660.246) |  |  |
|  | Impostos a recuperar |  |  | (1.782) |  | (1.094) |  |  |
|  | Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais |  |  | (241.244) |  | (8.358.537) |  |  |
|  | Outros ativos circulantes e não circulantes |  |  | 244.927 |  | 418.108 |  |  |
|  |  |  |  | **1.414.146** |  | **(7.086.797)** |  |  |
|  | **AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS** |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Fornecedores |  |  | (12.107.885) |  | (294.423) |  |  |
|  | Impostos e taxas a recolher |  |  | (2.888) |  | 50.433 |  |  |
|  | Contribuições sociais a recolher |  |  | 210.951 |  | (195.606) |  |  |
|  | Obrigações trabalhistas, férias e encargos |  |  | 1.823.111 |  | (936.862) |  |  |
|  | Contingências trabalhistas e cíveis pagas |  |  | (16.370.531) |  | (9.043.546) |  |  |
|  | Credores por convênios e depósitos |  |  | 379.131 |  | (2.531.064) |  |  |
|  | Plano de Previdência - Equacionamento |  |  | 1.230.830 |  | 893.377 |  |  |
|  |  |  |  | **(24.837.281)** |  | **(12.057.692)** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais** |  |  | **(15.376.158)** |  | **(36.447.596)** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Aquisições de ativo imobilizado e intangível | **12/13** |  | (6.554.293) |  | (8.501.775) |  |  |
|  | **Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos** |  |  | **(6.554.293)** |  | **(8.501.775)** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Recursos recebidos para aumento de capital | **20a** |  | 9.662.847 |  | 10.686.826 |  |  |
|  | **Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento** |  |  | **9.662.847** |  | **10.686.826** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **4** |  | **(12.267.605)** |  | **(34.262.546)** |  |  |
|  | Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício |  |  | 138.710.125 |  | 172.972.671 |  |  |
|  | Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício |  |  | 126.442.520 |  | 138.710.125 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** | | | | | | |  |  |

|  |
| --- |
|  |
|  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO** | | | | | | | |
| **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** | | | | | | | |
| **(Valores expressos em Reais 1)** | | | | | | | |
|  | | | | | | | |
|  |  |  | **2022** |  | **2021 REAPRESENTADO** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Receita de prestação de serviços |  |  | 131.318.324 |  | 99.513.534 |  |  |
| Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões |  |  | 2.652.869 |  | 2.731.636 |  |  |
| Outras receitas e despesas líquidas |  |  | 7.387.735 |  | 13.088.219 |  |  |
| Provisões trabalhistas e cíveis |  |  | (22.509.158) |  | (1.361.081) |  |  |
|  |  |  | **118.849.770** |  | **113.972.308** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** |  |  |  |  |  |  |  |
| Materiais consumidos |  |  | (10.867.598) |  | (5.220.171) |  |  |
| Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais |  |  | (116.566.270) |  | (110.318.956) |  |  |
| Ganho / (Perda) na realização de ativos |  |  | (28.446) |  | (22.424) |  |  |
|  |  |  | **(127.462.314)** |  | **(115.561.551)** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **VALOR ADICIONADO BRUTO** |  |  | **(8.612.544)** |  | **(1.589.243)** |  |  |
| Depreciação e amortização |  |  | (51.062.954) |  | (51.404.275) |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE** |  |  | **(59.675.497)** |  | **(52.993.518)** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** |  |  |  |  |  |  |  |
| Receitas de Subvenções |  |  | 181.518.351 |  | 141.703.844 |  |  |
| Receitas financeiras |  |  | 16.843.884 |  | 13.954.159 |  |  |
|  |  |  | **198.362.236** |  | **155.658.003** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR** |  |  | **138.686.739** |  | **102.664.485** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** |  |  | **138.686.739** |  | **102.664.485** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Pessoal e encargos** |  |  |  |  |  |  |  |
| Remuneração direta |  |  | 145.981.881 |  | 121.473.171 |  |  |
| Benefícios |  |  | 27.368.140 |  | 26.512.142 |  |  |
| FGTS |  |  | 10.824.391 |  | 9.538.118 |  |  |
|  |  |  | **184.174.412** |  | **157.523.431** |  |  |
| **Impostos, taxas e contribuições** |  |  |  |  |  |  |  |
| Federais |  |  | 17.747.614 |  | 14.721.573 |  |  |
| Estaduais |  |  | 29.250 |  | 34.066 |  |  |
| Municipais |  |  | 77.392 |  | 105.471 |  |  |
|  |  |  | **17.854.257** |  | **14.861.111** |  |  |
| **Remuneração de capitais de terceiros** |  |  |  |  |  |  |  |
| Juros |  |  | 62.122 |  | 49.759 |  |  |
| Aluguéis |  |  | 2.262.217 |  | 2.062.452 |  |  |
|  |  |  | **2.324.339** |  | **2.112.211** |  |  |
| **Juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital** |  |  | **-** |  | **1.546.775** |  |  |
| **Resultado retido** |  |  | **(65.666.269)** |  | **(73.379.043)** |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)** | | | | | | | |

**EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma.)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB (“Companhia”) é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto:

a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;

b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

1. **BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** 
   1. **Declaração de conformidade**

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Leis nos 11.638/07 e 6.404/76), pronunciamentos, que são transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, através das resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade- CFC, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

* 1. **Base de preparação**

Estas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras em 31 de Maio de 2023, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

1. **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

O resumo das principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

1. **Moeda funcional e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda local e funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

1. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Realização de créditos a receber (Nota 5), Realização de direitos a receber (Nota 8); Realização dos estoques (Nota 9), Vida útil e Impairment do ativo imobilizado (Nota 12), Vida útil dos ativos intangíveis (Nota 13), Provisão para contingências (Nota 18), Imposto de renda e contribuição social (Nota 24), Déficit atuarial (Nota 25) e Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

1. **Impairment de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

1. **NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros**

**Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

(a) mensuradas ao custo amortizado;

(b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e

(c) valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros.

**Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

**Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado**

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 5), Créditos a receber (Nota 6), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 7) e Direitos a receber (Nota 9).

**Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado**

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 15), Adiantamento de clientes (Nota 17), Credores por convênios (Nota 18) e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 21.a).

**Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem com atividade de hedge.

**Impairment de ativos financeiros**

A NBC TG 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

**Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

1. **Caixa e equivalentes de caixa**

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

1. **Estoques**

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável e /ou por obsolescência, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

1. **Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

1. **Intangível**

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

1. **Provisão para contingências**

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

1. **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

1. **Reconhecimento de receitas**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

1. As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
2. As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
3. As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.
4. **Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto diferido também é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**Impostos correntes**

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

**Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

1. **REAPRESENTAÇÃO**
2. A Companhia realizou a regularização da atualização do aumento de capital homologado através da Assembleia Geral Extraordinária de 20/12/2022, no seu patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir. O valor regularizado foi baseado em parecer do ministério da economia e voto da União para o referido aumento de capital, no qual foi considerado atualização dos valores recebidos de adiantamento para futuro aumento de capital até a sua aprovação e não até sua homologação, conforme ocorreu em processos anteriores. Os impactos dessa regularização estão apresentados na coluna “ Reclassificações” no balanço patrimonial contido nessa nota, em observância às disposições da NBC –TG 23 (Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros).



|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  | | |  | |  | |
| **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | | | | | | | | | | |  |  |  |
|  | | | | | | |  |  | |  | |  | |  |  |  |  |
|  | | | | | | |  |  | |  | | **2021  Originalmente apresentado** | |  | **Ajustes/ Reclassif.** |  | **2021  Reapresentado** |
|  | | | | | | |  |  | |  | |  | |  |  |  |  |
|  | | | | | | |  |  | |  | |  | |  |  |  |  |
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | | | | | |  |  | |  | | **41.093.054** | |  | - |  | **41.093.054** |
|  | | | | | | |  |  | |  | |  | |  |  |  |  |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | | | | | |  |  | |  | | **133.552.186** | |  | - |  | **133.552.186** |
|  | | | | | | |  |  | |  | |  | |  |  |  |  |
|  | | | | | | |  |  | |  | |  | |  |  |  |  |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | | |  |  | |  | |  | |  |  |  |  |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital | | | | | | |  |  | |  | | 78.116.397 | |  | (21.353.049) |  | 56.763.348 |
| Prejuízos acumulados | | | | | | |  |  | |  | | (824.328.973) | |  | 21.353.049 |  | (802.975.924) |
| Outros | | | | | | |  |  | |  | | 2.046.070.243 | |  |  |  | 2.046.070.243 |
|  | | | | | | |  |  | |  | | **1.299.857.666** | |  |  |  | **1.299.857.666** |
|  | | | | | | |  |  | |  | |  | |  |  |  |  |
| **TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO -** | | | | | | | |  | |  | | **1.474.502.90** | |  | - |  | **1.474.502.906** |

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **CAPITAL SOCIAL** |  | **ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL** |  | **AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL** |  | **PREJUÍZOS ACUMULADOS** |  | **TOTAL** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 REAPRESENTADO** |  | **2.014.563.144** |  | **46.076.522** |  | **33.706.140** |  | **(732.928.764)** |  | **1.361.417.043** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Adiantamento para futuro aumento de capital |  | - |  | 10.686.826 |  | - |  | - |  | **10.686.826** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Aumento de Capital |  |  |  | **-** |  | **-** |  | **-** |  | **-** |
| Por incorporação de créditos |  |  |  | - |  | - |  |  |  | - |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total do resultado abrangente |  | **-** |  | **-** |  | **(2.199.042)** |  | **(70.047.160)** |  | **(72.246.203)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Prejuízo líquido do exercício |  | - |  | - |  | - |  | (73.379.043) |  | (73.379.043) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Ajuste avaliação patrimonial |  | **-** |  | **-** |  | **(2.199.042)** |  | **3.331.882** |  | **1.132.840** |
| Realização da reserva do custo atribuído |  | - |  | - |  | (3.331.882) |  | 3.331.882 |  | - |
| Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído |  | - |  | - |  | 1.132.840 |  | - |  | 1.132.840 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 REAPRESENTADO** |  | **2.014.563.144** |  | **56.763.348** |  | **31.507.097** |  | **(802.975.925)** |  | **1.299.857.666** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

1. **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
| Caixa |  | 22.100 |  | 20.200 |
| Valores em trânsito |  | 912.963 |  | 783.578 |
| Aplicações de liquidez imediata |  | 125.507.457 |  | 137.906.347 |
|  |  | **126.442.520** |  | **138.710.125** |

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação foi de R$ 14.935.965 (R$ 12.454.106 em 2021).

1. **CRÉDITOS A RECEBER**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
| Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica | | 570.926 |  | 1.646.882 |
| Aluguéis, Arrendamentos, Concessões | | 1.907.306 |  | 1.958.576 |
| (-)Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa |  | (306.307) |  | (297.958) |
|  |  | **2.171.925** |  | **3.307.500** |

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa conforme a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| Saldo Inicial Exercício | (297.958) |
| (+) Provisão | 8.349 |
| (-) Reversão | - |
| (-) Recebimento | - |
| **Saldo Final Exercício** | **(306.307)** |

1. **SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

1. **ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** | | |  | **2021** | | | | |
|  |  | **Circulante** |  | **Não Circulante** |  | | **Circulante** |  | **Não Circulante** |
| Adiantamento de férias |  | 2.767.538 |  | - |  | | 2.874.793 |  | - |
| Adiantamento por insuf. de saldo **(a)** |  | 105.764 |  | - |  | | 106.854 |  | - |
| Plano de Saúde **(b)** |  | 79.975 |  | 148.349 |  | | 51.129 |  | 169.064 |
| Débitos de empregados |  | 10.074 |  | - |  | | 14.201 |  | - |
|  |  | **2.963.351** |  | **148.349** |  | | **3.046.977** |  | **169.064** |

# a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No exercício de 2022 a provisão é no montante de R$ 67.490 (R$ 45.636 em 31/12/2021).

# b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R$ 8.840 (R$ 10.007 em 31/12/2021), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

1. **DIREITOS A RECEBER**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
| Convênio Pessoal Cedido |  | 17.480 |  | 15.577 |
| Depósitos/Cauções/Outros devedores |  | 27.103 |  | 32.765 |
| Devedores Infração Legal e Contratual |  | 125.123 |  | 125.123 |
|  |  | **169.706** |  | **173.465** |

O valor de R$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal n° 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

1. **ESTOQUES**

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
| Material de TUES e Veículos |  | 9.533.719 |  | 11.147.870 |
| Material da Via Permanente |  | 2.298.131 |  | 2.418.634 |
| Sistemas operacionais |  | 4.627.899 |  | 3.460.370 |
| Peças e Acessórios de Equipamentos | | 71.805 |  | 70.194 |
| Materiais de expediente e administrativos | | 711.464 |  | 678.227 |
| Provisão de perda (a) |  | (864.919) |  | (311.368) |
|  |  | **16.378.099** |  | **17.463.927** |

1. **DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
| Depósitos Judiciais Civeis |  | 2.542 |  | 8.479 |
| Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias |  | 54.727.308 |  | 54.865.407 |
| Processos Judiciais - Recursos Próprios |  | 205.232 |  | 205.232 |
|  |  | **54.935.082** |  | **55.079.118** |

1. **PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA**

A Penhora Sobre Receita Própria de R$ 846.407 (R$ 461.127 em 2021) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas.

1. **IMOBILIZADO**

1. **Composição do saldo**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Vida** |  |  |  | **2022** |  |  |  | **2021** |
|  |  | **útil**  **(anos)** |  | **Custo**  **Corrigido** |  | **Depreciação**  **Acumulada** |  | **Valor líquido** |  | **Valor líquido** |
| Terrenos |  | - |  | 45.909.816 |  | - |  | 45.909.816 |  | 45.909.816 |
| Edificações, estações e depósitos |  | 25,00 |  | 264.341.656 |  | (83.815.391) |  | 180.526.264 |  | 185.744.199 |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) |  | 33,33 |  | 167.034.314 |  | (78.364.930) |  | 88.669.384 |  | 91.960.034 |
| Via permanente |  | 33,33 |  | 604.946.676 |  | (154.664.616) |  | 450.282.060 |  | 462.548.756 |
| Sistemas operacionais |  | 11,11 |  | 327.882.838 |  | (168.893.774) |  | 158.989.064 |  | 169.009.666 |
| Veículos ferroviários/aeromóvel |  | 20,00 |  | 370.594.935 |  | (147.321.340) |  | 223.273.595 |  | 230.119.626 |
| Veículos rodoviários |  | 3,03 |  | 1.678.988 |  | (956.246) |  | 722.742 |  | 846.612 |
| Equip. proc. de dados |  | 4,55 |  | 7.337.094 |  | (5.042.840) |  | 2.294.253 |  | 1.003.168 |
| Equip., máquinas e instrumentos |  | 7,69 |  | 61.548.215 |  | (51.852.122) |  | 9.696.093 |  | 12.628.004 |
| Instalações |  | 9,09 |  | 30.323.496 |  | (14.902.973) |  | 15.420.524 |  | 17.038.940 |
| Móveis e utensílios |  | 10,00 |  | 10.547.215 |  | (7.841.061) |  | 2.706.154 |  | 3.073.723 |
| Benfeitorias em bens de terceiros |  | 5,88 |  | 14.085.626 |  | (10.456.367) |  | 3.629.259 |  | 3.959.873 |
| Imobilizado em curso |  | - |  | 14.250.730 |  | - |  | 14.250.730 |  | 15.211.905 |
| Impor.em andamento |  | - |  | - |  | - |  | - |  | - |
| Almoxarifado de bens imobilizados |  | - |  | 8.021.385 |  | - |  | 8.021.385 |  | 9.993.832 |
|  |  |  |  | **1.928.50.982** |  | **(724.111.661)** |  | **1.204.391.322** |  | **1.249.048.154** |

1. **Movimentação do Imobilizado**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Custo** | **2021** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **2022** |
|  |  |  |  |  |  |
| Terrenos | 45.909.816 | - | - | - | 45.909.816 |
| Edificações, estações e depósitos | 263.975.592 | - | - | 366.064 | 264.341.656 |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) | 167.034.314 | - | - | - | 167.034.314 |
| Via permanente | 604.946.676 | - | - | - | 604.946.676 |
| Sistemas operacionais | 324.518.076 | 4.312 | (107.094) | 3.467.544 | 327.882.838 |
| Veículos ferroviários/aeromóvel | 368.622.487 | - | - | 1.972.448 | 370.594.935 |
| Veículos rodoviários | 1.678.988 | - | - | - | 1.678.988 |
| Equip. processamento de dados | 6.198.841 | 1.911.283 | (773.030) | - | 7.337.094 |
| Equipamentos, máquinas e instrumentos | 61.147.529 | 443.116 | (42.430) | - | 61.548.215 |
| Instalações | 29.788.519 | 230.127 | (983) | 305.833 | 30.323.496 |
| Móveis e utensílios | 10.482.490 | 260.505 | (224.611) | 28.830 | 10.547.215 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 14.085.626 | - | - | - | 14.085.626 |
| Imobilizado em curso | 15.211.905 | 3.316.358 | (109.263) | (4.168.271) | 14.250.730 |
| Almoxarifado de bens imobilizados | 9.993.832 | - | - | (1.972.448) | 8.021.385 |
| **TOTAL CUSTO IMOBILIZADO** | **1.923.594.691** | **6.165.701** | **(1.257.411)** | **-** | **1.928.502.982** |
|  |  |  |  |  |  |
| **Depreciação acumulada** | **2021** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **2022** |
|  |  |  |  |  |  |
| Edificações, estações e depósitos | (78.231.393) | (5.583.998) | - | - | (83.815.391) |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) | (75.074.280) | (3.290.650) | - | - | (78.364.930) |
| Via permanente | (142.397.919) | (12.266.696) | - | - | (154.664.616) |
| Sistemas operacionais | (155.508.411) | (13.473.368) | 88.005 | - | (168.893.774) |
| Veículos ferroviários/aeromóvel | (138.502.861) | (8.818.479) | - | - | (147.321.340) |
| Veículos rodoviários | (5.195.673) | (123.870) | - | - | (956.246) |
| Equip. processamento de dados | (48.519.525) | (620.035) | 772.867 | - | (5.042.840) |
| Equipamentos, máquinas e instrumentos | (832.376) | (3.368.111) | 35.514 | - | (51.852.122) |
| Instalações | (12.749.579) | (2.154.376) | 983 | - | (14.902.973) |
| Móveis e utensílios | (7.408.767) | (651.201) | 218.908 | - | (7.841.061) |
| Benfeitorias em bens de terceiros | (10.125.753) | (330.614) | - | - | (10.456.367) |
| **TOTAL DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA** | **(674.546.537))** | **(50.681.398)** | **1.116.276** | **-** | **(724.111.661)** |
|  |  |  |  |  |  |
| **TOTAL DO IMOBILIZADO** | **1.2949.048.154** | **(44.515.697)** | **(141.136)** | **-** | **1.204.391.322** |
|  |  |  |  |  |  |

**c)** A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R$ 95.584.173 no ativo imobilizado e de R$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No exercício de 2022 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R$ 3.331.882 referente a depreciação e no valor de R$ 1.132.840 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R$ 29.308.056 (R$ 31.507.098 em 2021) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R$ 15.098.207 (R$ 16.231.047 em 2021).

**d**) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e, conforme laudo de avaliação emitido por estes em 19 de janeiro de 2023, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

|  |  |
| --- | --- |
|  | **2022** |
| Ativos Imobilizados | 1.204.391.322 |
| Ativos Intangíveis | 2.232.493 |
| **Total dos Ativos Componentes da UGC** | **1.206.646.510** |
|  |  |
| **Valor Justo** (\*) | **1.252.895.368** |
|  |  |
| Redução ao Valor recuperável | - |

**(\*)** O Conjunto de bens avaliados a valor justo é compostos por todos os bens móveis e imóveis que compõe a UGC.

**e)** O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R$ 236.096.722 em 2022 (R$ 285.657.730 em 2021).

1. **INTANGÍVEL**
2. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.
3. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.
4. Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.
5. Composição do saldo

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Vida** |  |  |  | **2022** |  |  |  | **2021** |
|  |  | **útil** |  | **Custo** |  | **Amortização** |  | **Valor** |  | **Valor** |
| **Contas** |  | **(anos)** |  | **Corrigido** |  | **Acumulada** |  | **líquido** |  | **líquido** |
| Direito de uso de imóveis |  | Iindefinida |  | 1.374.204 |  | - |  | 1.374.204 |  | 1.374.204 |
| Direito de uso de telefones |  | indefinida |  | 1.596 |  | - |  | 1.596 |  | 1.596 |
| Marcas e patentes |  | 10 |  | 4.872 |  | (4.872) |  | - |  | - |
| Softwares |  | 5 |  | 13.107.233 |  | (12.250.540) |  | 856.693 |  | 849.657 |
| Outras dispêndios de informática |  | 10 |  | 26.000 |  | (26.000) |  | - |  | - |
|  |  |  |  | **14.513.906** |  | **(12.281.412)** |  | **2.232.493** |  | **2.225.457** |

1. Movimentação do Intangível

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Custo** | **2021** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **2022** |
| Direito de uso de imóveis | 1.374.204 | - | - | - | 1.374.204 |
| Direito de uso de telefones | 1.596 | - | - | - | 1.596 |
| Marcas e Patentes | 4.872 | - | - | - | 4.872 |
| Softwares | 12.734.161 | 388.592 | (15.520) | - | 13.107.233 |
| Outros dispêndios de informática | 26.000 | - | - | - | 26.000 |
| **TOTAL CUSTO INTANGÍVEL** | **14.140.833** | **-** | **(15.520)** | **-** | **14.513.905** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Amortização Acumulada** | **2021** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **2022** |
| Marcas e Patentes | (4.872) | - | - | - | (4.872) |
| Softwares | (11.884.504) | (381.555) | 15.520 | - | (12.250.540) |
| Outros dispêndios de informática | (26.000) | - | - | - | (26.000) |
| **TOTAL DA AMORTIZAÇÃO ACUMULADA** | **(11.915.376)** | **(381.555)** | **15.520** | **-** | **(12.281.412)** |
| **TOTAL DO INTANGÍVEL** | **2.225.457** | **7.037** | **-** | **-** | **2.232.493** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |

1. **FORNECEDORES**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Fornecedores Nacionais** |  | **2022** |  | **2021** |
|  |  |  |  |  |
| Aquisições Tren |  | 14.360 |  | 6.962.873 |
| Obras em andamento |  | 286.996 |  | 97.051 |
| Prestação de serviços |  | 209.996 |  | 2.490.748 |
| Energia Elétrica |  | 2.283.599 |  | 5.277.525 |
| Gastos gerais |  | 3.683.333 |  | 3.757.972 |
|  |  | **6.478.284** |  | **18.586.169** |

A variação ocorrida no período deve-se ao pagamento do fornecedor consorcio FROTA POA referente a aquisição dos trens série 200 e também ao pagamento de fornecedores que tinham vencimento para janeiro/2023, por questões operacionais.

1. **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** | |  | **2021** | |
|  | **Circulante** | **Não Circulante** |  | **Circulante** | **Não Circulante** |
| Férias e Encargos | 13.958.333 |  |  | 13.760.046 |  |
| Promoção por antiguidade a pagar | 4.517.858 | - |  | 2.249.569 | 686.688 |
| FGTS s/ proc. judicial a pagar | - | - |  | - | - |
| Outras Obrigações Trabalhistas | 88.936 | - |  | 45.713 | - |
|  | **18.565.127** | **-** |  | **16.055.328** | **686.688** |

1. **ADIANTAMENTO DE CLIENTES**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
| Credores p/ Venda Créditos |  | 1.440.424 |  | 1.282.928 |
| Adiantamento ATP/ATM |  | 343.818 |  | 110.299 |
| Adiantamento Clientes Comerciais |  | 17.148 |  | 2.433 |
|  |  | **1.801.390** |  | **1.395.660** |

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

1. **CREDORES POR CONVÊNIO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
| Convênios SESI/SENAI |  | 105.131 |  | 65.275 |
| Assistência Saúde |  | 618.499 |  | 657.179 |
| Credores Diversos |  | 2.060 |  | 2.208 |
|  |  | **725.690** |  | **724.662** |

1. **PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**
2. A classificação de risco para fins de contingenciamento estabelecido pela companhia tem como referência principal os seguintes critérios:
3. Provável - Processos em fase de execução e processos com decisões de procedência total ou parcial dos pedidos, ainda que não tenha transitado em julgado;
4. Possível - Processos em fase de instrução processual, em que não há sentença proferida;
5. Remoto - Processos em execução ainda ativos, mas que já foram pagos, e processos ainda sem trânsito em julgado mas que a última decisão seja de improcedência dos pedidos;

# a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. A provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R$ 96.547.870 (R$ 94.686.124 em 2021).

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
|  |  | **Não**  **Circulante** |  | **Não**  **Circulante** |
| Saldo no início do exercício |  | 94.686.124 |  | 95.727.104 |
| ( +) Provisão |  | 17.984.420 |  | 15.415.357 |
| ( - ) Reversão |  | (2.758.736) |  | (7.640.779) |
| ( - ) Pagamentos |  | (13.363.938) |  | (8.815.558) |
| Saldo no final do exercício |  | **96.547.870** |  | **94.686.124** |

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia e advogados externos, é considerada possível compõe-se de R$ 15.214.402 (R$ 7.206.770 em 2021).

# b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas, no passivo não circulante, as ações cíveis oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões em 2022 e 2021 está composta como segue:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
|  |  | **Não**  **Circulante** |  | **Não**  **Circulante** |
| Saldo no início do exercício |  | 17.194.283 |  | 23.835.766 |
| ( +) Provisões |  | 7.283.474 |  | 319.123 |
| ( - ) Reversões |  | - |  | (6.732.618) |
| ( - ) Pagamentos |  | (3.006.593) |  | (227.988) |
| Saldo Final Exercício |  | **21.471.164** |  | **17.194.283** |

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível é de R$ 25.106.878 (R$ 21.668.993 em 2021).

1. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

O capital social de R$ 2.059.666.941 está representado por 9.883.218.182 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Composição Acionária** |  |  | **2022** | | |  | **2021 (reapresentado)** | | |
| **Acionista** |  |  | **Quantidade** |  | **%** |  | **Quantidade** |  | **%** |
| União Federal |  |  | 9.874.758.896 |  | 99,9144 |  | 9.522.884.238 |  | 99,9112 |
| Estado do Rio Grande do Sul |  |  | 6.543.949 |  | 0,0662 |  | 6.543.949 |  | 0,0687 |
| Município de Porto Alegre |  |  | 1.915.337 |  | 0,0194 |  | 1.915.337 |  | 0,0201 |
| **Total** |  |  | **9.883.218.182** |  | **100,0000** |  | **9.531.343.524** |  | **100,0000** |

No exercício de 2022, houve incorporação de capital no valor de R$ 45.103.798 e 351.874.658 ações ordinárias nominativas, através de assembleia geral extraordinária ocorrida em 20/12/2022

1. **RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL**

1. **Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC**

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

O montante total de adiantamento para aumento de capital é de R$ 23.459.815, classificados no Patrimônio Líquido. No exercício de 2022, conforme exposto na nota explicativa nº 4, houve regularização das atualizações referentes ao aumento de capital incorporado na assembleia geral extraordinária ocorrida em 20/12/2022, conforme Voto da União e parecer SEI do Ministério da Economia, devido a mudança na atualização dos recursos incorporados ao capital.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31/12/2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social e são classificados no Passivo Não Circulante . Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Partrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.

**b) Subvenção para Custeio**

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional são utilizadas para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido em 2022 foi de R$ 181.518.351 (R$ 141.703.844 em 2021) composto a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Subvenção** |  | **2022** |  | **2021** |
| Pessoal |  | 107.490.721 |  | 96.780.806 |
| Sentença |  | 28.960.920 |  | 21.433.275 |
| Custeio |  | 45.066.711 |  | 23.489.763 |
|  |  | **181.518.351** |  | **141.703.844** |

**c) Lei Orçamentária Anual - LOA**

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, porém, não foi aprovado até o encerramento do exercício. O montante fixado para a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2023, conforme a PLOA, é de R$ 307.810.054. Deste valor, R$ 161.385.889 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R$ 146.424.165 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada, anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **PLOA/2023** |  | **Recursos Próprios Fonte 105** |  | **Recursos Subvenção Fonte 100** |
| Pessoal | 195.310.054 |  | 71.385.889 |  | 123.924.165 |
| Sentença | 22.500.000 |  | - |  | 22.500.000 |
| Custeio | 88.000.000 |  | 88.000.000 |  | - |
| Investimento | 2.000.000 |  | 2.000.000 |  | - |
|  | **307.810.054** |  | **161.385.889** |  | **146.424.165** |

1. **RECEITA LÍQUIDA**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
| **RECEITA BRUTA** |  |  |  |  |
| Serviço de transporte metroviário |  | 131.318.324 |  | 99.513.535 |
| Aluguéis, arrendamentos e concessões |  | 2.652.869 |  | 2.731.636 |
|  |  | **133.971.193** |  | **102.245.171** |
| Tributos sobre a receita bruta |  | (245.390) |  | (252.676) |
|  |  | **(245.390)** |  | **(252.676)** |
| **RECEITA LÍQUIDA** |  | **133.725.802** |  | **101.992.495** |

1. **CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
| Pessoal e Encargos |  | 135.493.513 |  | 110.624.749 |
| Serviços de Terceiros |  | 47.082.078 |  | 38.230.832 |
| Consumo de Materiais |  | 7.373.228 |  | 4.229.818 |
| Energia de Tração |  | 26.230.231 |  | 38.342.717 |
| Serviços de Utilidade Pública |  | 7.968.836 |  | 8.092.295 |
| Depreciação |  | 48.972.486 |  | 48.392.427 |
| Outros Custos |  | 127.625 |  | 283.260 |
|  |  | **273.247.997** |  | **248.196.098** |

1. **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **2022** |  | **2021** |
| Pessoal e Encargos |  | 67.114.641 |  | 60.401.928 |
| Serviços de Terceiros |  | 10.268.323 |  | 9.413.747 |
| Consumo de Materiais |  | 3.494.370 |  | 990.353 |
| Serviços de Utilidade Pública |  | 1.655.776 |  | 1.487.941 |
| Depreciação/ Amortização |  | 2.090.467 |  | 3.011.848 |
| Outras Despesas |  | 4.786.474 |  | 4.018.438 |
|  |  | **89.410.051** |  | **79.324.255** |

1. **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Imposto de Renda** | |  | **Contribuição Social** | |
|  | **2022** | **2021 (reapresentado)** |  | **2022** | **2021 (reapresentado)** |
| **Resultado antes do IRPJ e da CSLL** | **(65.666.269)** | **(73.379.042)** |  | **(65.666.269)** | **(73.379.042)** |
|  |  |  |  |  |  |
| Adições / (Exclusões) permanentes | 4.500.508 | 4.533.300 |  | 4.500.508 | 4.533.300 |
| Adições / (Exclusões) temporárias | (5.416.858) | (17.495.046) |  | (5.416.858) | (17.495.046) |
| **Lucro Real** | **(66.582.618)** | **(86.340.789)** |  | **(66.582.618)** | **(86.340.789)** |
|  |  |  |  |  |  |
| (-) Compensação Prej. Fiscal e B. Negativa 30% | **-** | **-** |  | **-** | **-** |
|  |  |  |  |  |  |
| Alíquota - 9% | **-** | **-** |  | **-** | - |
| Alíquota - 10% | - | - |  | - | - |
| Alíquota - 15% | - | - |  | - | - |
| **Total Imposto** | **-** | **-** |  | **-** | **-** |
|  |  |  |  |  |  |
| (-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador | - | - |  | - | - |
| (-) Doações e incentivos | - | - |  | - | - |
| (-) Imposto Retido | - | - |  | - | - |
| **Total da despesa de IRPJ e CSLL** | **-** | **-** |  | **-** | **-** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| Valor do imposto pago no ano calendário | - | - |  | - | - |

1. **PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS**
2. **Descrição Geral do Plano**

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas vitalícias.  
  
A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, o plano passou a disponibilizar os mesmos benefícios citados no parágrafo anterior, no entanto na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, dessa forma foi mitigado possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal,  invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

1. **Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Premissas Atuariais** | **2022** | **2021** |
| Taxa de Juros Atuarial | 4,10% a.a. | 4,10% a.a. |
| Taxa de Crescimento Salarial | Não Aplicável | Não Aplicável |
| Taxa de Rotatividade | Não Aplicável | Não Aplicável |
| Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano | INPC (IBGE) | INPC (IBGE) |
| Tábua de Mortalidade Válidos | AT - 2000 M e F | AT - 2000 M e F |
| Tábua de Mortalidade Inválidos | EX - IAPC | EX - IAPC |
| Tábua de Entrada em invalidez | Não Aplicável | Não Aplicável |

1. **Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ativos Líquidos** | **2022** | **2021** |
| Patrimônio - **P** | 87.314.914 | 83.041.096 |
| **Provisões Matemáticas - Passivos Atuariais (Valor Presente)** | **94.438.325** | **87.111.552** |
| **Benefícios Concedidos - A** | 38.607.118 | 36.236.401 |
| **Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)** | 2.046.629 | - |
| **Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)** | 36.560.489 | 36.236.401 |
| Benefícios a Conceder – **B** | 57.290.180 | 52.690.164 |
| **Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)** | 57.290.180 | 52.690.164 |
| **Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)** | - | - |
| Déficit Contratado - **C**= C1 + C2 + C3 | (1.458.973) | (1.815.013) |
| Patrocinadora - C1 | - | - |
| Participante - C2 | - | - |
| Assistidos - C3 | (1.458.973) | (1.815.013) |
| Total das Provisões - **D** = A + B + C | 94.438.325 | **87.111.552** |
|  |  |  |
| **Fundos – E** | 2.556.531 | **2.375.154** |
| **Superávit/Déficit Atuarial - F = P - D** | (7.123.411) | **(4.070.456)** |
| **Valor do Ajuste de Precificação = G** | - | - |
| **Equilíbrio Técnico Ajustado - H** = F + G | **(7.123.411)** | **(4.070.456)** |

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 7,24% no ano, isso corresponde a 70% da meta atuarial de 2022 (INPC + 4,10%) que foi de 10,27%, portanto, o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida. A *“duration”* do plano foi de 7,72 anos no encerramento de 2022.

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2022, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R$ 7.123.411. Esse valor é superior ao limite de déficit do plano de R$ 1.305.4956, portanto com a necessidade de equacionamento. O déficit restringe-se aos assistidos e à patrocinadora em igual montante. O montante sob responsabilidade da patrocinadora de R$ 2.908.958 foi reconhecido nas demonstrações financeiras.   
Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 35 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.

Os saldos do déficits estão compostos conforme segue:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** | |  | **2021** | |
|  | **Circulante** | **Não Circulante** |  | **Circulante** | **Não Circulante** |
| Déficit 2013/2014 em equacionamento | 477.513 | 915.233 |  | 454.248 | 1.287.037 |
| Déficit 2021/2022 a equacionar | - | 2.908.958 |  | - | 1.329.589 |
|  | **477.513** | **3.824.191** |  | **454.248** | **2.616.626** |

1. **Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais**

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018. Quando observado superávit, tal resultado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano) ] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018.

1. **GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS**

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENSURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos riscos.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte. Com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição, formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém, não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENSURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas suas estimativas a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R$ 236.096.722.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

1. **SEGUROS (NÃO AUDITADO)**

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

1. **TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da empresa e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no exercício de 2022 e 2021 foram:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Parte Relacionada** |  | **Contrato** |  | **Valor Contratual** |  | **Valores Recebidos 2022** |  | **Valores Recebidos 2021** |  | **Valores Pagos 2022** |  | **Valores Pagos 2021** |
|  |  |
|  |  |
| EBC - Empresa Brasileira de Comunicação |  | 120.17/2015 |  | 1.750.000 |  | - |  | - |  | 115.448 |  | 113.891 |
| EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos |  | 120.17/17-1 |  | 30.000 |  | - |  | - |  | 4.942 |  | 4.851 |
| **Total** |  |  |  | **2.390.000** |  | **-** |  | **-** |  | **120.390** |  | **118.742** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Administrador / Conselheiro** |  | **Parte Relacionada** |  | **2022** |  |
| **2021** |
| Roberta Zanenga de Godoy Marchesi |  | Ministério do Desenvolvimento Regional |  | 31.920 | 31.920 |
| Carlos Biedermann |  | Ministério da Economia |  | - | 13.300 |
| Ricardo Richinitti Hingel |  | Ministério da Economia |  | 50.386 | 49.954 |
| Ronald Krummenauer |  | Ministério da Economia |  | 31.920 | 31.920 |
| Rafael Bicca Machado |  | Ministério da Economia |  | - | 10.640 |
| Daniel de Oliveira Duarte Ferreira |  | Ministério da Economia |  | 7.980 | 31.920 |
| Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos |  | Ministério da Economia |  | 32.353 |  |
| Danielle Santos de Souza Calazans |  | Ministério da Economia |  | 11.176 |  |
| Clovis Feliz Curado Junior |  | Ministério da Economia |  | 5.320 |  |

1. **REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Remuneração** |  | **Maior** |  | **Menor** |  | **Média** |
| Administradores |  | 42.409 |  | 24.759 |  | 27.403 |
| Empregados |  | 89.550 |  | 1.458 |  | 10.084 |

1. **EVENTOS SUBSEQUENTES**

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração da Companhia avaliou juntamente com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Porto Alegre, 26 de Maio de 2023.

**PEDRO DE SOUZA BISCH NETO GERALDO LUIS FELIPPE**

Diretor Presidente Diretor de Administração e Finanças

**JAIR BERNARDO CORREA TALITHA DA SILVEIRA MENGER DE SOUZA**

Gerente de Orçamento e Finanças Setor de Contabilidade e Patrimônio

Contadora CRC/RS 090.987

Tel.: + 55 51 3395 3065

Fax: + 55 51 3395 3065

[www.bdo.com.br](http://www.bdo.com.br/)Rua André Puente, 441, sala 305 Independência – Porto Alegre, RS Brasil 90035 150

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Administradores da

# Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB

Porto Alegre - RS

# Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicat ivas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras ” , as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

# Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

A Companhia foi mencionada em mídias, apontando que, em 2008, políticos e agentes públicos pediram vantagem indevida para a empresa vencedora da licitação para a construção da linha de trens urbanos da Companhia que ligaria as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, bem como foi mencionada em mídias sobre o processo licitatório para aquisição de 15 novos trens em 2012, as quais informam que o CADE mencionou, a partir de colaborações premiadas, que teria havido formação de Cartel. No entanto, a Companhia suportou-se com os procedimentos investigatórios realizados pela TCU e CGU, aos quais não tivemos pleno acesso. Dessa forma, não foram realizados procedimentos investigatórios próprios que, conforme determinado pela Norma Brasileira de Contabilidade, CTA 30, teriam como objetivo determinar os possíveis impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Consequentemente, não nos foi possível obter evidências suficientes e apropriadas de auditoria no sentido de determinar a extensão dos possíveis efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

Conforme descrito na Nota Explicat iva nº 13d às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia, visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico “ CPC 01 (R1) / NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos ” , elaborou análise para demonstrar que o ativo imobilizado e o ativo intangível, registrados em 31 de dezembro de 2022, pelos montantes de R$ 1.204.391.322 e R$ 2.232.457, respectivamente, não estavam registrados por valor acima do seu valor recuperável. Contudo, a análise elaborada pela Companhia não atendeu a todos os requisitos da referida norma e, como consequência disso, não nos foi possível concluir sobre possíveis ajustes para redução do ativo imobilizado e ativo intangível ao valor recuperável, bem como, não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriada e suficientes para concluir quanto aos possíveis efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A - TRENSURB**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

# Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, em decorrência da mudança de política contábil relativa ao reconhecimento de atualização dos adiantamentos para futuros aumentos de capital, os valores correspondentes, relativos às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, apresentados para f ins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

# Outros assuntos

**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre**

**S.A. - TRENSURB**, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 / NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo “ Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras ” , essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

# Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior originalmente apresentados

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A - TRENSURB** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 originalmente apresentadas, foram por nós auditadas, e emitimos nosso relatório em 23 de maio de 2022, com as mesmas modificação destacadas na seção “ Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras ” exceto pelo ressalva da não constituição de provisão de passivos contingentes.

# Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

# Responsabilidades da Administração da Companhia pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

# Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalva sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

 Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por f raude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

 Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

 Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

 Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

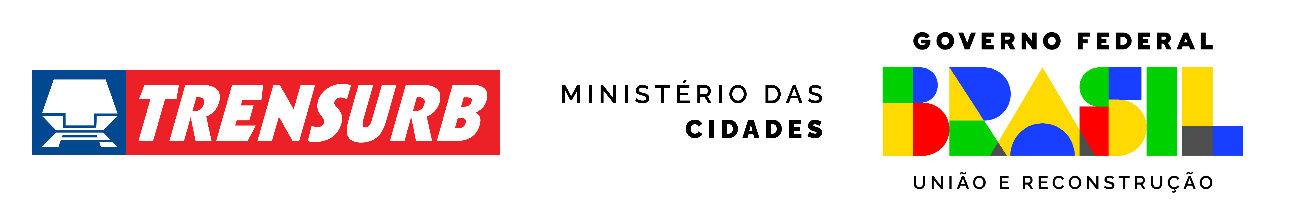
Porto Alegre, 26 de maio de 2023.



**BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 RS 005519/F 0**

**Paulo Sérgio Tufani**

**Contador CRC 1 SP 124504/O 9 S RS**



**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**Nº 01/2023**

O Conselho Fiscal da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, usando de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 51, inciso II, do Estatuto Social da TRENSURB, considerando: o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, tendo como referência o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS, emitido em 26 de maio de 2023, bem como a Nota de Auditoria 001/2023 e Relatório da Auditoria Interna nº 445/2023 – Demonstrações Contábeis 2022, os quais são adotados, na íntegra, conclui que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31/12/2022, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 26 de Maio de 2023.

ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA FLÁVIA SOUZA RAMOS DOS GUARANYS

Presidente do Conselho Fiscal Conselheira

ALFREDO EDUARDO DOS SANTOS

Conselheiro

.



# RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REC-0004/2023

**26/05/2023**

Para: AUDIN, COAUD, CONFIS, CORREG, DIRAF, DIROP, GAPRE, GECIN, GECOM, GEDEN, GEGOV, GEINF, GEJUR, GEMAN, GEOPE, GEORF, GEREH, GESAE, GESIS, GESUP, PRES, SUDEC, SUDEX

Ref.: APROVAR O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS / 2022

O Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e, nos termos do Art. 35, VII, do Estatuto Social da TRENSURB.

RESOLVE:

Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual de Administração e das contas da sua Diretoria Executiva constantes nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme processo administrativo SEI nº 0000958.00001424/2022-04, registrado na Ata do CONSAD nº 556, item 1.2, de 31/05/2023, com fulcro no atendimento do Art. 132, I, da Lei nº 6.404/76.

Anexo:

**Documento assinado eletronicamente por Ricardo Richiniti Hingel**

Ricardo Richiniti Hingel

Presidente do Conselho de Administração